

Implementação e desafios da Vigilância em Saúde do Trabalhador

A realização da 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (4ª CNST), em 2014, é o marco propulsor deste número temático. Ele foi pensado com o intuito de contribuir para o debate que vem acontecendo na preparação da referida Conferência, cujo lema é a implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNST), instituída em 2012. Essa Política responde à proposta que entidades representativas da sociedade civil e profissionais de saúde vinham almejando desde a I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador. No documento da PNSTT, está expresso de forma bastante consistente e pormenorizada o patrimônio reflexivo e de prática acumulado ao longo das últimas décadas.

Dele constam também os princípios, as diretrizes e as estratégias a serem observados pelas três esferas de gestão do SUS, para o desenvolvimento da atenção integral à saúde do(a) trabalhador(a), visando à promoção e à proteção de sua saúde e à redução da morbimortalidade decorrente do adoecimento e dos agravos nas atividades laborais. Ela abrange como sujeitos todos os trabalhadores: homens e mulheres, independentemente de sua localização, urbana ou rural; de sua forma de inserção no mercado de trabalho, formal ou informal; e de seu vínculo empregatício, público ou privado, assalariado, autônomo, avulso, temporário, cooperativado, aprendiz, estagiário, doméstico, aposentado ou desempregado.

Nas últimas décadas, o país vem acumulando expressiva produção científica sobre questões relativas à saúde dos trabalhadores, na maioria proveniente de alguns programas de pós-graduação em Saúde Coletiva e de outras áreas de conhecimento. É notável também o aumento da produção intelectual de profissionais dos serviços que implementam ações nessa área. Apesar dos avanços do conhecimento, o referencial do trabalho como dimensão fundamental das condições de vida ainda não é uma questão suficientemente assumida na prática cotidiana da saúde pública e das políticas de prevenção e promoção da saúde. O marco legal da PNST coloca um modelo ambicioso de ações a serem realizadas pela Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT), cuja efetivação é o grande desafio atual.

Este número temático focaliza, particularmente, a prioridade definida na PNST de fortalecer a VISAT e a sua integração com os demais componentes da Vigilância em Saúde, com vistas à promoção da saúde e de ambientes e processos de trabalho saudáveis. No artigo inicial, discute-se a ampla legislação existente sobre a VISAT e os desafios para torná-la efetiva. Entre outras considerações, sugere-se que perante a maior expressão do exercício do controle social – como é a IV Conferência – se avalie a participação dessa instância na VISAT, enquanto pressuposto para se garantir a eficácia das ações. Nos artigos seguintes relatam-se experiências de vigilância à saúde de trabalhadores de setores considerados prioritários, como canavieiros, frentistas de postos de gasolina e funcionários de frigoríficos. Outros artigos abordam uma série de questões pertinentes no momento atual, e também oferecem subsídios operacionais relevantes para fortalecimento das ações de VISAT nos territórios de abrangência dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST). No conjunto, esses últimos textos trazem estudos e propostas sobre: (1) análise de acidentes de trabalho, de acordo com o modelo adotado em intervenções de vigilância e prevenção destes; (2) inserção da saúde mental na VISAT; (3) implementação de ações de vigilância junto a pescadores artesanais; e (4) vigilância da exposição a agrotóxicos em municípios brasileiros. Incluem-se também, neste número, artigos sobre diversos agravos à saúde dos trabalhadores de várias categorias, inclusive, à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras em serviços de saúde.

Carlos Minayo Gomez
Editor convidado

Implementation and Challenges facing Occupational Health Surveillance

The upcoming Fourth National Occupational Health Conference in 2014 is the inspiration for this thematic issue. It was conceived with the aim of contributing to the debate that has been developing in preparation for the Conference, the central theme of which is the implementation of the National Occupational Health Policy (PNST), established in 2012. This policy responds to the proposal that entities representing civil society and health professionals had been calling for since the First National Occupational Health Conference. The conceptual heritage and accumulated practice acquired over the past decades is expressed in a decidedly coherent and detailed manner in the PNST document.

It also sets out the principles, guidelines, and strategies to be followed by the three levels of the Unified Health System (SUS) management for the development of comprehensive health care for workers, with a view to promoting and protecting their health and reducing morbidity and mortality resulting from illness and injuries in occupational activities. It encompasses all workers, namely both men and women, irrespective of their urban or rural location, their formal or informal inclusion in the labor market, and their form of employment. This includes public or private contract, salaried, self-employed, part-time, temporary, cooperative, apprentice, trainee, domestic, retired or unemployed people.

In recent decades, the country has produced an impressive amount of scientific literature on issues relating to the health of workers, mostly from some graduate programs on Public Health and from other areas of knowledge. The increase in professional intellectual production of services that implement actions in this area is also worthy of note. Despite the advances in knowledge, the benchmark of work as a fundamental dimension of living conditions is still not a matter sufficiently addressed in day-to-day public health practice and health promotion and prevention policies. The legal framework of PNST proposes an ambitious model of actions to be undertaken by Occupational Health Surveillance (VISAT), the implementation of which is the major current challenge.

This thematic issue focuses primarily on the priority defined by the PNST to bolster VISAT and its integration with the other components of health surveillance, aimed at promoting health and healthy work environments and processes. In the first article, the vast body of existing legislation on VISAT and the challenges to make it effective are examined. Among other considerations, it is suggested that by virtue of the pressing need for the exercise of social control – as this is the Fourth Conference – the participation of this aspect in VISAT be evaluated, as a prerequisite to ensure the effectiveness of the actions. In the following articles, experiences of health surveillance of workers' priority sectors are reported, such as sugarcane harvesters, gas station attendants and cold storage employees. Other articles address a series of relevant issues at this juncture, and also provide relevant operational input for strengthening actions of VISAT in the territories covered by the Occupational Health Reference Centers (CEREST). Taken together, these recent studies offer studies and proposals on: (1) analysis of work-related accidents, according to the model adopted in interventions for surveillance and prevention of occupational accidents; (2) inclusion of mental health in VISAT; (3) implementation of surveillance actions together with subsistence fishermen; and (4) monitoring of exposure to pesticides in Brazilian municipalities. Articles on various health hazards faced by workers in various categories, including the health of workers in the health services, are also included in this issue.

Carlos Minayo Gomez
Guest Editor

